

Sarney diz que Constituinte "já decidiu" por 5 anos

Janio de Freitas

Produtos inconfiáveis

Os 317 apoios adquiridos pelo governo para a emenda dos cinco anos não alteraram a tática fixada pelo Planalto, e posta em prática pelo Centrão, para dar ao presidente Sarney o mandato por ele ambicionado: a ordem continua sendo a de forçar a protelação da Constituinte até que se esgotem as possibilidades da eleição presidencial em 88.

O apoio da maioria à emenda dos cinco anos teve, para o Planalto, o efeito de um alento e de uma demonstração propagandística, mas não lhe inspira confiança a ponto de partir para a decisão pelos votos do plenário. Por isto, sua instrução é para que seja repelida pelos constituintes do Centrão a proposta do deputado Ulysses Guimarães, no sentido de que se aprovassem logo os pontos do projeto de Constituição que não suscitam maiores discórdias, estimados em 80% dos artigos, e só então se iniciasse o confronto em torno dos temas polêmicos.

Não que esta proposta contenha intenções contrárias ao governo. Tudo o que Ulysses pretendia é engambelar a opinião pública irritada com a Constituinte, apresentando-lhe um punhado de supostos resultados. Em termos de tempo, seria insignificante a diferença entre votar em bloco os pontos ditos consensuais ou votá-los pela ordem, segundo o regimento da Constituinte, através do sistema eletrônico. Calcula-se que a diferença viesse a ser de uma semana, dez dias talvez.

O deputado Luiz Eduardo, filho do ministro Antônio Carlos Magalhães, tem emitido uma frase elucidativa: "O Centrão não aceita a idéia de

Ulysses. Nós queremos votar os artigos um a um, até o fim". O que se afirma aí não é a inexistência de consenso em torno dos estimados 80%, o qual estaria claramente caracterizado até por falta de emendas propostas, em muitos casos, ou por emendas individuais sem apoio expressivo. O que a exigência expõe é a recusa a apressar a Constituinte.

Se não há discordâncias e a votação em bloco ou, eletronicamente, artigo por artigo, apresenta diferença de tempo insignificante, só resta um motivo para que o Centrão repita a proposta ilusionista de Ulysses. É que a votação de cada artigo passa a oferecer uma oportunidade de protelação, por falta de presenças suficientes, e nesta matéria o pessoal do Centrão é imbatível; ou por questões de ordem ou, sobretudo, de desordem, a depender só do que mais convenha na ocasião.

A referência ao deputado Luis Eduardo Magalhães lembra a resposta dada por um ministro, há poucos dias e diante de pessoas que o visitavam em seu gabinete, ao telefonema de um dos proprietários de poderoso grupo editorial: "Fiquem tranquilos que eu estou trabalhando o canal para vocês. Mas vocês têm que parar com esse negócio de Constituinte-já, senão fica difícil".

TV abriu e também fechou o assunto aos ouvidos do empresário. Mas, para os outros que ouviram o ministro, ou que depois souberam de sua resposta, informativo foi o seu veto a cobranças, ainda que apenas semanais, de aceleração na Constituinte.

O governo não acredita na qualidade dos produtos que compra.



O presidente Sarney acena da janela do carro, após sair do Palácio do Planalto

Couto diz que Sarney ainda não decidiu exonerar Anibal

Do Sucursal de Brasília

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo da Costa Couto, disse ontem que o presidente José Sarney não tem qualquer responsabilidade nas denúncias feitas contra o ministro do Planejamento, Anibal Teixeira, já que "as decisões do presidente atendem à solicitação dos próprios ministros. Eles preparam os atos administrativos, portanto estes são de responsabilidades dos próprios ministros". Costa Couto disse, porém, que este processo exige "confiança"

e que o presidente está colhendo informações para esclarecer o assunto. "Ele está em andamento. Não houve decisão do presidente de exonerar o ministro", afirmou.

Costa Couto admitiu que deverá haver substituições de ministros nas próximas semanas, mesmo porque as eleições municipais se aproximam e os prováveis candidatos precisam se descompatibilizar. Em entrevista coletiva no Palácio do Planalto, Costa Couto afirmou que Sarney está disposto a "não deixar de cumprir seus deveres de chefe de governo".

Do Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney, 57, considerou ontem encerradas as dúvidas sobre o prazo de duração do seu mandato. Na parte final do programa "Conversa ao Pé do Rádio", transmitido todas as sextas-feiras, às 6h, em cadeia radiofônica opcional, Sarney disse que o Congresso constituinte "já decidiu" dar-lhe cinco anos de mandato. "Agora que já decidi, nós vamos tentar fazer da melhor maneira possível que este tempo seja utilizado em benefício do povo brasileiro", afirmou o presidente.

Como prova de que o seu mandato será mesmo de cinco anos, Sarney citou o número de constituintes que assinaram o projeto do deputado Matheus Iansen (PMDB-PR): 317. O projeto de Iansen prevê que o mandato presidencial será de cinco anos. Sarney não levou em conta, ao elaborar seu pronunciamento, um raciocínio construído pelo próprio líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, um de seus principais articuladores políticos: "Cada assinatura não representa necessariamente um voto", disse Sant'Anna, antontem.

O ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência, Ronaldo Costa Couto, procurou explicar, em entrevista dada no início da noite de ontem, a posição de Sarney: "Existe uma correspondência entre assinatura e voto. Assinatura é um prenúncio de voto. Significa adesão a uma tese proposta". De qualquer modo, Costa Couto disse que Sarney "vai levar às últimas consequências o compromisso com a austeridade e a promoção

Mandato depende da economia, diz Mailson

Do Sucursal do Rio

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, 45, disse ontem que o mandato de cinco anos pode ser ou não uma boa solução dependendo do desempenho da economia. "Se as coisas melhorarem do ponto de vista econômico, se começarem a dar certo, o melhor é um mandato de cinco anos", disse Mailson. O ministro não quis explicar o que significaria, concretamente, "as coisas darem certo".

Indagado por jornalistas sobre o assunto, respondeu com um lacônico "vamos ver". As declarações do ministro da Fazenda foram feitas após uma reunião mantida com o governador do Rio, Moreira Franco, no Palácio Laranjeiras.

do desenvolvimento" para assegurar os cinco anos.

Sarney abriu o programa "Conversa ao Pé do Rádio" fazendo elogios ao seu próprio governo. Disse, por exemplo, que o crescimento econômico do Brasil (4%) em 1987 foi maior que o crescimento dos Estados Unidos (2,7%), Japão (3,5%), Itália (2,7%) e Alemanha (1,7%). De acordo com o presidente, esse fato demonstra que estão equivocados os que fizeram do Brasil um "prisoneiro de boatos, de calúnias, de inverdades que davam a impressão de que o país estava caminhando para o caos".

'Mandato diferente seria uma discriminação'

Estes são os principais trechos da fala do presidente José Sarney no programa "Conversa ao Pé do Rádio":

"Trago algumas notícias boas que estão acontecendo neste princípio de ano. Eu acho que o Brasil precisa muito de boas notícias, de confiança, de coragem e de otimismo. Durante o ano de 87 o país foi, inexplicavelmente, sempre prisioneiro de boatos, de calúnias de inverdades que davam a impressão de que o país estava caminhando para o caos."

"Finalmente com os balanços econômicos e políticos, estão se desfazendo algumas inverdades divulgadas por aqueles constantes adversários, eu não digo do governo, mas adversários do próprio país. Mas neste instante nós verificamos que governadores, prefeitos, parlamentares, líderes populares de todos os partidos, o povo, as lideranças, estão se conscientizando de que

devemos estar juntos para construir o progresso."

"Para finalizar, eu quero dizer que a Constituinte, através de sua maioria absoluta, e mais, muito mais que a maioria absoluta, com 317 dos constituintes, apresentou uma emenda adotando o mandato presidencial do atual presidente igual aos outros mandatos de presidente, isto é, cinco anos."

"Como eu sempre tenho dito, este conjunto é um assunto que cabe à Constituinte decidir e agora que já decidiu, nós vamos tentar fazer da melhor maneira possível que este tempo seja utilizado em benefício do povo brasileiro. Vamos procurar multiplicar as horas, os minutos, para trabalhar e fazer tudo pelo nosso país."

"A democracia vive da periodicidade dos mandatos, isto é, todos são eleitos para determinado período e seria uma discriminação — uma cassação que deseja uma minoria radical — que o período do atual presidente fosse diferente do período dos outros presidentes."

Ulysses faz ziguezague no mandato e minimiza emenda

Do Sucursal de Belo Horizonte

O presidente do PMDB e do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB), 71, responsável pela dilatação de prazo que facilitou a apresentação de emendas do grupo suprapartidário Centrão no Congresso constituinte, procurou minimizar o apoio à proposta de cinco anos de mandato para o presidente Sarney. "É uma proposta como outras. Evidentemente, tem um peso grande, mas quem assinou não é obrigado a votar", declarou Ulysses, referendo-se às 317 assinaturas que garantem preferência de votação para a emenda do deputado Matheus Iansen (PMDB-PR) que estabelece os cinco anos.

Por duas vezes, na noite de quinta-feira — ao desembarcar em Belo Horizonte (MG) e ao deixar o Palácio das Mangabeiras, onde conversou com o governador Newton Cardoso —, Ulysses procurou transmitir a idéia de que considera a "validade" do mandato de cinco anos.

Ontem, Ulysses já disse que as assinaturas de apoio, para a emenda dos cinco anos, são "significativas", mas "a votação conclusiva é no plenário". E lembrou já ter havido casos no Congresso em que a assinatura não correspondeu ao voto do parlamentar. Sobre sua posição pessoal na controvérsia do mandato, Ulysses reafirmou a preferência pelos cinco anos, como quer o presidente Sarney, mas ressaltou que há forças "ponderáveis" a favor dos quatro anos e que acompanhará a posição do PMDB.

Peregrinação

O partido, no entanto, está dividido e este foi um dos assuntos que levou o deputado, como presidente do PMDB, a jantar com o governador de Minas na noite de quinta. Regado a "poire", aguardante de péra apreciada por Ulysses, o encontro reservado se arrastou por duas horas e meia. Só foi interrompido para o jantar, que durou 30 minutos, com a presença da mulher de Newton, Maria Lúcia, e de outros membros do PMDB mineiro, quando a conversa ficou em amenidades.

A saída da residência oficial do governador, por volta das 22h30, Ulysses disse que na próxima semana irá se encontrar com os governadores Alvaro Dias (PR), Pedro Simon (RS) e Pedro Ivo (SC). Os assuntos deverão ser basicamente os mesmos abordados na reunião com Newton, a começar pela unidade do PMDB. Ulysses disse ter discutido com o governador mineiro "providências para evitar que companheiros saiam do partido, pelo menos para que aguardem a promulgação da Constituição, para então se definir o destino de cada um e a própria atuação do partido". afirmou ter havido "plena coincidência" entre ele e Newton sobre este ponto.



O deputado Ulysses Guimarães

Como presidente do Congresso constituinte, Ulysses levou a Newton sua preocupação com a "celeridade da elaboração da nova Constituição" e a "prioridade para definição de assuntos polêmicos, como o sistema de governo e a duração do mandato". Ulysses afirmou que os governadores podem contribuir influenciando as bancadas para que permaneçam em Brasília todo o tempo possível. "Dejo realizar sessões nos sábados, feriados, para que em dois meses possamos ter a nova Constituição", disse.

Ele reconheceu haver dificuldades regimentais para antecipar a votação das questões mais polêmicas, mas assinalou: "Se houver um entendimento refletindo o anseio da sociedade para que se defina de uma vez como esses assuntos constarão da Constituição, acredito que se poderá interpretar o regimento para esse resultado."

Reunião de governadores

O deputado atribuiu muita importância à reunião de governadores do PMDB que Newton Cardoso pretende promover no dia 28, em Belo Horizonte, e disse ter sido informado por Newton de que "não haveria dificuldades" para a participação de Orestes Quércia (SP) e Moreira Franco (RJ). "Entendo que os governadores virão, mesmo que possam discordar. Ninguém é obrigado a vir para que todos se posicionem da mesma maneira", declarou Ulysses.

O encontro do dia 28 aproveitará o deslocamento para Minas dos governadores do Nordeste que participarão no dia seguinte da 329ª Reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, em Montes Claros (433 km ao norte de Belo Horizonte). Tradicionalmente, a primeira reunião do ano é feita pela Sudene em Recife. A alteração foi pedida por Newton Cardoso na semana passada, quando se encontrou, em Sergipe, com o presidente Sarney e o ministro João Alves, do Interior.